

O fortalecimento do Sistema de Saúde Brasileiro: mais eficiência e mais inclusão

A pandemia da COVID-19 teve efeitos devastadores nas vidas no bem-estar das populações em todo o mundo, sobretudo entre os mais pobres e vulneráveis. Até o início de 2022, foram mais de 400 milhões de casos e mais de 5,8 milhões de mortes em todo o mundo. Seus efeitos diretos (número de casos e mortes) e indiretos (abandono de tratamentos, e a redução do número de exames de diagnósticos) resultaram na redução da expectativa de vida em todo o mundo. A pandemia e as medidas para resposta resultaram numa grave crise econômica, com queda do produto interno bruto (PIB) global de 3,4% em 2020 e recuperação lenta para 2021 e 2022.¹ A crise contribuiu para o aumento do desemprego massivo e da pobreza extrema (estima-se que mais de 150 milhões de pessoas entraram em pobreza extrema globalmente), com impactos na acumulação de capital humano em muitas partes do mundo.^{2,3} A resposta à pandemia mostrou que sistemas de saúde mais fortes são essenciais para proteger vidas e diminuir os impactos das pandemias na economia.

No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) teve um papel essencial na resposta à pandemia. O SUS foi essencial para tratar aqueles que necessitaram de tratamento médico e desde 2021 na implementação de um dos maiores programas de vacinação do mundo. Foram mais de 10 mil leitos de unidade de terapia intensiva rapidamente adicionados ao sistema público de saúde para atender aqueles afetados pela forma grave da doença, e mais de 400 milhões de vacinas adquiridas, distribuídas e aplicadas em todo o país em menos de um ano.

No Brasil, como em quase todos os países ao redor do mundo, a resposta à crise sanitária desencadeou desafios fiscais sem precedentes. Para responder às demandas da área da saúde e proteger a renda das famílias mais vulneráveis, o Governo Federal apresentou um pacote de medidas fiscais que soma aproximadamente 8,6% do PIB.⁴ Como resultado, o déficit primário brasileiro em 2020 foi de 10% do PIB (um aumento de quase 9 pontos percentuais em comparação com 2019 e 8 pontos percentuais acima das estimativas pré-COVID-19). Esse cenário fiscal aponta para a necessidade de ajustes e reformas para que o Estado brasileiro cumpra seu papel de prover serviços essenciais de qualidade à sua população. Para alcançar esses objetivos, é imprescindível ter uma agenda para melhorar a eficiência do gasto público. Análise do Banco Mundial apontou escopo para potenciais economias fiscais, em nível federal, de 7% do PIB até o ano de 2026.⁵

No setor de saúde, a análise estimou potenciais economias de 0,3% do PIB sem comprometer a quantidade de serviços de saúde prestados à população. Essas economias são resultado principalmente da fragmentação do sistema público de saúde, especialmente do grande número de hospitais de pequeno porte, o que impede economias de escala na prestação de serviços. Também foram identificadas carências relativas à integração dos sistemas e insuficiência de incentivos oferecidos a prestadores e pacientes para a escolha do tratamento mais eficaz em relação ao custo. Muito poderia ser ganho, por exemplo, por meio da identificação e tratamento de doenças não transmissíveis antes que elas se tornem casos hospitalares. Adicione a isso uma integração falha com o sistema de saúde suplementar, como, por

¹ Estimativa de crescimento de 5,5% em 2022 e projeção de crescimento de 4,1% para 2022. Dados do World Bank. 2022. Global Economic Prospects, January 2022. Washington, DC.

² World Employment and Social Outlook: Trends 2021. ILO, 2021.

³ World Bank. 2020. Poverty and Shared Prosperity 2020: Reversals of Fortune. Washington, DC: World Bank.

⁴ Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/106541594362022984/pdf/COVID-19-in-Brazil-Impacts-and-Policy-Responses.pdf>

⁵ A fair adjustment: efficiency and equity of public spending in Brazil: Volume I: syntheses (Portuguese). Washington, DC: World Bank Group.

exemplo, os gastos tributários, que são grandes e altamente regressivos. Melhorar a eficiência nos serviços de saúde será importantíssimo para garantir que o setor possa absorver os aumentos previstos dos custos associados a alterações demográficas.⁴

A presente edição especial do *Jornal Brasileiro de Economia da Saúde* representa uma importante contribuição para o debate sobre fortalecimento e sustentabilidade do Sistema de Saúde Brasileiro. A edição inclui contribuições de pesquisadores, acadêmicos, gestores do SUS e demais profissionais que atuam nos setores públicos e privados da saúde. As evidências apresentadas nesta edição auxiliarão na busca por soluções para desafios atuais (pós-pandemia) e futuros (mudanças no perfil demográfico e

epidemiológico). São temas afins as ações do Banco Mundial no setor de saúde no Brasil (e no mundo). Ao longo das últimas décadas, o Banco Mundial tem prestado apoio técnico e financeiro para a consolidação do que hoje é um dos maiores sistemas de saúde do mundo e um exemplo para outros países de renda média e baixa. Por meio desta edição, o Banco Mundial junta-se ao Ministério da Saúde, ao JBES e aos pesquisadores e gestores do SUS para a produção de evidências e o estímulo ao debate público com o objetivo principal de fortalecer o SUS.

Michele Gragnolati

*Gerente para Saúde, Nutrição e População,
América Latina e Caribe, Banco Mundial*